



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0160/2025

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS

INTRODUÇÃO (Conceito e elementos)

O Termo de Referência (TR) é o documento constitutivo, elaborado a partir dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e definirá o objeto para atendimento da necessidade (art. 65 do Decreto nº 3.927/2023); deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual (PCA), além de outros instrumentos de planejamento da Administração (art. 66 do Decreto nº 3.927/2023); será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, pela equipe de planejamento da contratação (art. 67 do Decreto nº 3.927/2023); e ainda, deverá ser divulgado na mesma data do edital ou do aviso de contratação direta, como um anexo do processo administrativo (art. 68 do Decreto nº 3.927/2023).

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelo Art. 69 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“Deverão ser registrados no TR os seguintes parâmetros e elementos descritivos:” (caput do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023).

Seção 1: *“I - definição do objeto [...]”*

(inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Seção 2: *“II – fundamentação da contratação [...]”*

(inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Seção 3: *“III – descrição da solução como um todo [...]”*

(inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Seção 4: *“IV – requisitos da contratação;”*

(inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Seção 5: *“V – modelo de execução do objeto, [...]”*

(inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Seção 6: *“VI – modelo de gestão do contrato, [...]”*

(inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)



Seção 7: “VII – critérios de medição e pagamento;”

(inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Seção 8: “VIII – forma e critérios de seleção do fornecedor [...];”

(inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Seção 9: “IX – estimativas do valor da contratação, [...];”

(inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Seção 10: “X – adequação orçamentária, [...];”

(inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

O presente Termo de Referência apresenta as condições ponderadas pela contratante, visando a contratação de fornecedores para atender a demanda de serviços e/ou de produtos, os quais, estando vinculados a finalidade de atender aos anseios desta municipalidade.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições aqui estipulados não são classificadas como sigilosas, conforme os nos termos previstos na Lei nº 15.527/2011, e portanto, é condição de eficácia, a execução do que disciplina o Art. 68 do Decreto Municipal nº 3.927/2023.



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0160/2025
CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

Entidade:

Prefeitura Municipal de São Jorge D’Oeste – UASG nº 926478

Órgão gestor:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgãos participantes:

Não se aplica.

Órgão executor:

Secretaria Municipal de Saúde.

Planejamento municipal:

Verifica-se que há consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para o ano de 2025, regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, publicado e disponível para consulta em: <https://pmsjorge.pr.gov.br/divulgacao-licitacoes/plano-anual-de-compras/>

Alinhamento estratégico:

Verifica-se que a referida contratação está em conformidade e alinhada estrategicamente aos objetivos da Administração Pública de São Jorge D’Oeste.

Responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência:

Secretária Municipal de Saúde: ROZI TEREZINHA MARMITT - Decreto nº 4698/2025;

Fiscal Técnica: VANILDA GRAUPNER - Decreto nº 4682/2025;

Fiscal Setorial: SOELI STERMER - Decreto nº 4682/2025;

Agente de Contratação (Fase de Planejamento): CLODOALDO BLANK - Portaria nº 2865/2025.

Modalidade de contratação:

Credenciamento.



SEÇÃO 1 – DAS DEFINIÇÕES DO OBJETO

(inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1 – OBJETO.

Chamamento Público para credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços médicos “PLANTÕES MÉDICOS”, visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade de Pronto Atendimento – PA, ou em outros locais sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR.

1.1.1 DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto ora credenciado é caracterizado como um serviço contínuo, tendo em vista ser essencial para o funcionamento do órgão público, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar, ainda, de natureza comum, conforme os termos dos incisos XIII e XV, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021,

1.1.2 DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO

Verifica-se e certifica-se que os itens objeto desta contratação não se enquadram como artigos de luxo com características descritas no art. 41 do Decreto nº 3.927/23.

1.1.3 DO QUANTITATIVO PRETENDIDO

1.1.3.1 O quantitativo estimado para esta contratação apresenta-se conforme abaixo:

ITEM	CÓD EQUIP.	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	67385	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8
2	67386	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800

1.1.3.2 Do detalhamento dos serviços:

Prestar serviços médicos na Unidade de Pronto Atendimento de São Jorge D'Oeste, em regime de plantão de 12 horas, conforme designado pela Secretaria de Saúde, cumprindo minimamente 12 horas semanais.



Obedecer às disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

Comprovar por meio de registro o período de trabalho, conforme recomendações da Contratante.

Em caso de profissional não efetuar o registro, por esquecimento ou por motivo fortuito, o mesmo deverá comunicar imediatamente o setor responsável, bem como, emitir justificativa para tal, sob pena de ter seu pagamento afetado.

Realizar atenção à saúde aos pacientes do município.

Realizar as atividades programadas e de atenção à demanda espontânea e agendada.

Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe.

Manter a direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente integralmente, em todos os seus atos.

Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato.

Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes.

Manter sempre a qualidade na prestação dos serviços executados.

Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade.

Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde, e pelo médico responsável técnico do município ou demais órgão de fiscalização, em qualquer tempo, e manter a secretaria informada a respeito dos mesmo.

Cumprir com os prazos e horários de trabalho estabelecidos.

Realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, procedimentos invasivos de emergência (Intubação Orotraqueal, instalação de acesso venoso central, entre outros; em conformidade com os protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores (federal, estadual, municipal), observadas as disposições legais da profissão.

O profissional deverá conhecer e cumprir os protocolos institucionais vigentes da Secretaria Municipal de Saúde, durante toda a execução do contrato. Atendendo exclusivamente no sistema de prontuário eletrônico, realizado todos os registros necessários, bem como o



registro de atendimento no prontuário do paciente, emissão de receitas, atestados, solicitações de exames e encaminhamentos para unidades de referência.

Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidades na sua área de atuação.

1.1.4 DAS VIGÊNCIAS/PRAZOS

1.1.4.1 EDITAL DE CREDENCIAMENTO: A vigência iniciará com a publicação do Edital no PNCP e finalizará após 12 (doze) meses desta publicação, podendo ser prorrogado até o limite legal.

1.1.4.2 TERMO DE CREDENCIAMENTO: O Termo de Credenciamento terá a vigência limitada à 12 (doze) meses da homologação, sendo hábil a contratação nos limites deste período, independente o prazo previsto para a pretensa contratação.

1.1.4.3 DEMANDA DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO: As solicitações poderão ser realizadas enquanto vigente o Termo de Credenciamento.

1.1.4.4 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: A execução e a realização dos serviços seguirão os prazos determinados pela Secretaria Requisitante, quando na efetiva contratação, podendo ser finalizado após a vigência deste termo.

1.1.5 DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO

1.1.5.1 O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado de pleno direito, nas situações previstas no edital de credenciamento, parte integrante e indissociável deste Termo de Credenciamento.

SEÇÃO 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

2.1. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1.1 A contratação acima elencada atenderá às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, para atender as Unidades Básicas de Saúde de São Jorge D'Oeste, visando à prestação de plantões médicos, para atender de forma complementar a rede de assistência à Saúde do Município de São Jorge D'Oeste, no âmbito do Sistema Único de Saúde, visando à atenção em consultas médicas entre outros procedimentos médicos, tendo em vista a demanda de pacientes do município a serem atendidos e o cronograma da Secretaria de Saúde, para um período de 12 (doze) meses.



2.1.2. Considerando que os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Arts. 196 e 197 da Constituição Federal: “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. “Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”.

2.1.3. A Secretaria Municipal de Saúde vem adotando estratégias no sentido de qualificar e ordenar a rede de serviços de saúde de média e alta complexidade em cumprimento às diretrizes do Plano Municipal de Saúde, do Termo de Compromisso de Gestão, do Plano Diretor de Regionalização – PDR – e da Programação Pactuada Integrada em vigor, sendo necessário, os atendimentos ininterruptamente por meio de médicos plantonistas, para garantir o atendimento à população usuária dos serviços de saúde.

2.2. JUSTIFICATIVA PARA O CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS PLANTONISTAS

2.2.1. O presente processo de credenciamento visa a contratação de médicos plantonistas para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de São Jorge D'Oeste, de modo a garantir à população, atendimento 24 horas diariamente, além de garantir um atendimento qualificado, resolutivo e alinhado às demandas, se necessário, realizar os encaminhamentos para convênios ou em casos de extrema urgência a outras unidades de atendimento da 8ª Regional de Saúde.

2.2.2. Os contratos atuais estão em fase final de vigência, e alguns dos contratados não pretendem continuar a prestação dos serviços, de modo que torna-se imperativo um novo Credenciamento para que novas empresas possam atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

2.2.3. Dessa forma, pretende-se o credenciamento de empresas para o fornecimento deste serviços especializado.

SEÇÃO 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).



3.1 DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1.1 Durante o **Estudo Técnico Preliminar**, considerou-se o seguinte cenário possível para a solução do problema apresentado:

3.1.1.1 **CENÁRIO 1** – Prestação dos serviços com servidores do quadro municipal;

Considera-se **INVIÁVEL**, mesmo que se tenha lista de aprovados em concurso público vigente, a qual prevalece nos termos da previsão Constitucional, senão veja o que diz o artigo 37, II e IV:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de prova ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

No entanto, o número de vaga ofertado no referido concurso já foi suprida, e em que pese, a quantidade de vagas para servidores efetivos, encontra-se esgotada.

Sendo assim, para que este cenário se apresentasse viável, seria necessário antes, a aprovação de projeto de Lei para a ampliação do número de vagas para estes profissionais, pela câmara de vereadores.

3.1.1.2 **CENÁRIO 2** – Promover o CREDENCIAMENTO de empresas especializadas, na disponibilização de profissionais habilitados a função, e posteriormente contratá-las, para a execução do serviço, apresentando médicos, ainda que regulares, porém sem dedicação exclusiva de mão de obra, desde que as condições estabelecidas no procedimento de credenciamento.

3.2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.2.1 A solução para a demanda em questão é a contratação de empresa para fornecimento do serviço de “médico plantonista”, para a execução de serviços médicos, especificamente para a realização de consultas, e procedimentos emergenciais com profissionais por um período de 12 horas.

3.2.1.1 Essa medida visa garantir a continuidade do atendimento à população, considerando o crescente número de pacientes aguardando consultas, a escassez da disponibilidade de profissionais. Diante deste cenário, mostra-se adequada a solução para atender às



necessidades da Administração é a contratação de profissionais por meio de credenciamento. Médicos terceirizados frequentemente possuem alto nível de especialização e podem oferecer serviços de qualidade conforme as necessidades da população. A terceirização pode ser mais econômica a longo prazo, pois reduz custos administrativos e operacionais, como encargos trabalhistas e benefícios permanentes.

3.2.2 Através da modalidade de credenciamento, assegura-se tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços, permitindo a negociação das condições de atendimento. Essa abordagem não apenas melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também possibilita à Administração fixar os valores que está disposta a pagar.

Como os possíveis licitantes não competirão de maneira estrita, a competição fica inviabilizada, garantindo que todos tenham assegurada a possibilidade de contratação.

Portanto, essa sistemática pressupõe uma pluralidade de interessados e a indeterminação do número de prestadores, assegurando a adequada prestação do serviço e atendendo ao interesse público.

3.2.3 As despesas para a contratação foram fundamentadas em consultas de preços diretamente com empresas especializadas. Optou-se por esta modalidade, por entender que assim, os valores estariam mais adequados, considerando a localização do município, o local de trabalho, de modo que, nos preços estaria refletida questões como deslocamento do profissional, e outros aspectos como da alimentação.

Após a definição dos preços de referência, a contratação será conduzida com ampla participação, atraindo profissionais capacitados que atenderão às demandas do município.

3.2.4 Destaca-se que a CONTRATADA, deverá apresentar e manter durante a vigência do contrato, junto a Secretaria Municipal de Saúde, arquivos individualizados dos profissionais médicos que disporá à CONTRATANTE, em seu horário de prestação do serviço.

3.2.4.1 Nos arquivos individuais contendo os documentos comprobatórios da competência Profissional do médico, deverão estar:

3.2.4.2 Nada impede que o mesmo profissional médico, esteja no rol de profissionais de uma ou mais empresas credenciadas, desde que, não o seja apresentado para o cumprimento de mais de 2 (dois) plantões seguidos, ou seja, a cada 2 (dois) plantões, obrigatoriamente deverá haver intervalo de horário de 1 (um) plantão, quando for o caso de se considerar o mesmo profissional médico, ainda que este seja apresentado por diferentes empresas credenciadas.

SEÇÃO 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Padronização de documentos PM São Jorge D'Oeste/2025

Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e contratos da Consultoria-Geral da União

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2024



Da Sustentabilidade

4.1. A presente contratação busca atender às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) no que concerne à Serviços de Saúde. Entre os princípios estão a promoção da eficiência energética, a redução de impactos ambientais, o uso responsável de recursos naturais, a escolha de fornecedores comprometidos com práticas sustentáveis e a implementação de soluções que minimizem os danos ao meio ambiente, como a gestão adequada de resíduos e a redução do desperdício.

Da Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Garantia da contratação.

Das Garantias, da proposta e contratual.

4.3. Não serão exigidas as garantias, nem da proposta e nem da contratação de que trata o Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Da Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

SEÇÃO 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

5.1 Este procedimento de CREDENCIAMENTO, aporta-se no inciso I do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

Art. 79 – O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I – paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Parágrafo único. [...]

II – na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objetivo não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

5.1.1 A prestação do serviço estará liberada, após a contratação por INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO, em acordo aos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021, daqueles que tiverem seu credenciamento homologado.



5.2 Dos critérios de distribuição da demanda:

5.2.1 As interessadas poderão realizar o credenciamento a partir da DATA DIVULGADA NO EDITAL.

5.2.2 O procedimento para o credenciamento estará disponibilizado permanentemente, conforme orienta o inciso I do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021, sendo possível à empresa interessada, acessar o formulário e remetê-lo, nas condições previstas no edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência, solicitando a homologação do credenciamento.

5.3 Dos critérios de distribuição da demanda:

5.3.1 Serão ordenados os credenciados, pelo critério de ordem cronológica de protocolo dos pedidos de credenciamento (depois de homologados os credenciados por ordem de protocolo), considerando que a solicitação deverá ser entregue mediante preenchimento do formulário disponível em:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfg4_qXwbPktkHxDxqgg_VInnVKpu8ya6w7JZoPR1pSeb7z1w/viewform?usp=header

5.3.2 Será considerada a quantidade de até 07 (sete) contratos simultâneos, garantindo a cada contratado, ao menos 2 (dois) plantões semanais, organizados dentro do cronograma semanal que, por sua vez, ao ser elaborado, observará as necessidades e especificidades que se apresentarem contemporâneas (caso necessário poderá ser solicitado até dois plantonistas para o mesmo horário, até o saldo contratado), e estará sob a responsabilidade de médico responsável pela Unidade de Pronto Atendimento Municipal, e coordenado e aprovado pela Secretária Municipal de Saúde.

5.3.3 A prestação do serviço estará liberada, após a contratação por INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO, em acordo aos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021, daqueles que tiverem seu credenciamento homologado.

5.3.4 Será permitido a empresa credenciada, a apresentação em até 2 (dois) profissionais, os quais, após homologação do credenciamento, estarão habilitados a prestar os serviços em nome da empresa.

5.3.4.1 A CONTRATADA poderá a qualquer tempo, substituir, retirar ou indicar novos profissionais, até o limite referenciado no item 5.3.4, desde que respeitadas às disposições deste TR, do Edital do credenciamento e do Contrato a ser firmado.



5.3.5 O credenciamento, com o envio de todos os documentos previstos no Edital e no Termo de Referência, deverá ser protocolado exclusivamente pelo envio do formulário, conforme previsto no Edital, de modo que serão indeferidos automaticamente, não sendo aceitos em hipótese alguma, aqueles enviados por outro canal de comunicação, tais como por e-mail, por correios, ou ainda, pessoalmente.

5.3.6 Não havendo credenciados para suprir a demanda referenciada anteriormente, reiniciar-se-á a contratação na ordem inicial dos credenciados homologados.

5.3.7 Até o dia 10 de cada mês, a Secretaria de Saúde deverá informar a CONTRATADA, da programação de execução dos plantões médicos, detalhando os dias e horários que estarão sob a responsabilidade da CONTRATADA, no cronograma do mês seguinte.

5.3.8 A CONTRATADA, por sua vez, após comunicado da Secretaria de Saúde, dando ciência da programação a qual se refere o item 5.3.7, deverá informar para cada um dos plantões sob sua responsabilidade, o Nome e o CRM do profissional (homologado ao tempo do seu credenciamento) que irá cumprir o determinado dia e horário programado.

5.3.8.1 A CONTRATADA, deverá repassar estes dados, com no máximo 24h após receber a informação, do que trata o item 5.3.7 da Secretaria de Saúde, sob pena de ser excluída do cronograma de execução do mês seguinte.

5.3.9 Caso houver a necessidade de substituir o profissional durante a execução do cronograma (durante o mês de execução), a Secretaria de Saúde ou o seu preposto, deverá ser informada e deferir formalmente a substituição com no máximo 24h antes do plantão programado.

5.3.10 A CONTRATANTE, poderá, mediante justificativa, desabilitar o médico apresentado ao tempo do credenciamento, caso este não cumpra com os objetivos desta contratação, ou agir em desacordo a conduta profissional inerente a função, ou ainda, caso sua atuação profissional não seja de qualidade compatível com as obrigações previstas no TR e no Edital de abertura, respeitado o direito da Contratada ao contraditório.

SEÇÃO 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

6.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada uma das partes, responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada pela Gestora do contrato, a Secretaria de Saúde, a Senhora ROZI TEREZINHA MARMITT, coordenado pela fiscal setorial, a servidora SOELI STERMER, e acompanhado pela fiscal técnica, a servidora VANILDA GRAUPNER, todas estas pessoas nomeadas pelo Decreto nº 4.682/2025, ou por quem as vir substituí-Las, em conformidade com a disposto nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6.1.4 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.4.1 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

6.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.7.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar O PREPOSTO, representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.1.9 Após a assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços, ou ainda, outro instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para



reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

6.1.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

SEÇÃO 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

(inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

7.1 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não atender ao que fora requisitado pela Secretaria demandante;

7.1.2 A utilização do disposto neste item não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução do objeto.

7.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

7.2.1 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.2 O contratante realizará inspeção minuciosa do objeto executado, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo uso do objeto, com a finalidade de verificar a adequação da entrega e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.2.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da execução do objeto, realizada em consonância



com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.2.4 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.2.2.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.2.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

7.3.1 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.1.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.1.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.1.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



7.3.2 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 DO PAGAMENTO

7.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.4.2 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D'Oeste de forma parcelada, na periodicidade definida em contrato, de acordo com a periodicidade do encaminhamento da documentação relacionada no item 7.3.

7.4.3 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, subsequentes ao recebimento definitivo.

7.4.4 O Município de São Jorge D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a tributos, multas ou indenizações devidas pelo(a) fornecedor(a), incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

7.4.5 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.4.6 O Município de São Jorge D'Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 4.393/2024, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 4.393/2024.

7.4.7 O setor competente para proceder com pagamento, deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- g) acompanhado da requisição dos serviços.

7.4.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, a ordem cronológica para o pagamento, é novamente



reestabelecida, e iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.4.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.10 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

7.4.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4.16 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.4.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.



7.4.18 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.4.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (6 / 100) I = 0,00016438$

I = (TX) 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.5 DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS REGISTRADOS:

7.5.1 Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o reajuste de preços mediante apostilamento, e aplicará a variação do índice IPCA ou INPC, o que representar maior vantagem para a contratante. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado o mês de SETEMBRO, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

7.5.2 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.6.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



7.6.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.6.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.6.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.6.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.6.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.6.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.6.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.6.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.6.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.6.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.6.10 Cientificar o órgão de representação junto a procuradoria municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.6.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.6.12 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.



7.6.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.6.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.7.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.7.1.1 executar o objeto da contratação conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.7.1.2 reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Municipalidade ou ao órgão municipal, ou ainda à algum bem público municipal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7.1.4 utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.7.1.5 vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 e Inciso V do Parecer Jurídico nº 001.01.2018, da Assessoria Jurídica do Município de São Jorge D'Oeste/PR;

7.7.1.6 quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:



7.7.1.16 executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.7.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

7.8 DAS VEDAÇÕES

7.8.1. É vedado caucionar ou utilizar o Termo de Credenciamento/Contrato para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Autoridade Competente.

7.8.2. É vedada a prorrogação do Termo de Credenciamento.

SEÇÃO 8– FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio de CREDENCIAMENTO ao CHAMAMENTO PÚBLICO dentre as propostas das proponentes serão credenciadas as que atenderem as exigências estipuladas no edital, respeitada a ordem de credenciamento/habilitação, podendo também a administração, de acordo com o interesse público dividir valores, locais e horários conforme o número de interessados, sendo dada preferência às entidades Filantrópicas e/ou sem fins lucrativos na contratação, conforme Portaria 1034/2010 do Ministério da Saúde e alterações; Critérios para ordem de contratação dos credenciados.

8.1.1 As contratações, quando necessárias, obedecerão os critérios especificados no item 5.2 e seguintes , até o item 5.5.2, deste documento.

8.2. Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, a convocação dos credenciados para contratação será realizada de acordo com a necessidade e conforme as regras do edital, respeitado o critério objetivo estabelecido para distribuição da demanda, o qual deverá garantir a igualdade de oportunidade entre os interessados. (Art. 79, I da Lei 14.133 de 2021).

8.3. A administração permitirá o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto o edital de chamamento permanecer vigente.



Regime de Execução:

8.4. O regime de execução do contrato será continuado.

Das exigências para habilitação:

8.5 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.5.1.1 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.5.1.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.5.1.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

8.5.1.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.5.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

8.5.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5.1.9 Declaração Unificada.

8.5.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.5.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



8.5.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

8.5.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.2.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.5.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.5.2.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.2.7 prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.2.7.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.5.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA

Qualificação Técnica

8.5.3.1. Declaração formal assinada pelo responsável legal do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.5.3.2 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Medicina - CRM, em plena validade.

8.5.3.3 Comprovação de vínculo da empresa com os profissionais que prestarão os serviços:



8.5.3.3.1 Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante.

8.5.3.3.2 Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

8.5.3.3.3 Se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum.

8.5.3.4 Não será homologado o credenciamento da empresa que não apresentar a comprovação do vínculo empregatício, em pelo menos uma das situações acima descritas.

Qualificação Técnico-Operacional.

Não se aplica

Qualificação Técnico-Profissional

8.5.3.10 Apresentar profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente que neste caso é o Conselho Regional de Medicina do Paraná - CRM-PR:

8.5.3.10.1 Para os médicos indicados pela empresa, apresentar:

- a) Diploma de conclusão da graduação médica;
- b) Registro Geral-RG;
- c) Cadastro de Pessoa Física-CPF;
- d) Comprovante de inscrição junto ao respectivo Conselho Regional de Medicina do Paraná;
- e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedida pela Polícia Federal, expedida até 3 (três) meses de sua apresentação.

8.5.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

8.5.4.1 Verificou-se que diante do caso concreto, que a não obrigatoriedade de apresentação dos requisitos para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, não é relevante ante o valor da contratação, uma vez do seu fracionamento e da celeridade com que se verifica a não execução do objeto, no caso da CONTRATADA, quando considerada a disponibilização das imagens a quem tem competência para acompanhá-las em tempo real.



8.5.4.2 Considerando ainda que a característica do objeto desta contratação, no caso de paralização, ou incapacidade da CONTRATADA de continuar a execução, não causará danos ao erário, apenas, a paralização de um serviço, embora essencial, mas que não interfere na execução dos demais serviços públicos.


8.5.4.3 Portanto, para não atentar a restrição de competitividade ao certame, a CONTRATANTE, desobriga aos licitantes a comprovação da qualificação econômica financeira, prevista no Art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO 9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

9.1 DO ORÇAMENTO PARA AS DEMANDAS

9.1.1 Conforme Mapa de apuração espelhado abaixo, é possível perceber a formação do preço máximo para esta contratação, mediante a composição da cesta de preços, com fornecedores diretos e ainda os preços pagãos por contrato vigente para contratações análogas do próprio Contratante, admitindo o menor preço entre as 4 (quatro) cotações. A pesquisa foi realizada pela Secretaria requisitante nos dias 22/07/25 a 23/07/25, adotando o critério de menor preços entre elas, para parametrizar o preço orçado diretamente, com o ofertados nas propostas de fornecedores diretos, a verificar:

				<div>Município de</div> <div>SÃO JORGE D'OESTE</div> <div>Estado do Paraná</div> <div>www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03</div>							
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO											
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE MEDICO(A) PLANTONISTA PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE SÃO JORGE D OESTE-PR.											
	NOME DA EMPRESA							CNPJ		Data / Cotação	
COT 1	SERVIÇOS MÉDICOS MARTINS LTDA							58.103.903/0001-88		19/09/25	
COT 2	EMANUELLY SIEGA							CRM-PR 59.365		21/09/25	
COT 3	PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS(MÉDIA DOS ORÇAMENTOS)							76.995.380/0001-03		22/09/25	
COT 4	PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 11/2023 MUNICIPIO DE SÃO JORGE D OESTE-PR							76.995.380/0001-03		22/09/25	
								VALOR R\$			
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	MÉDICO (A) PLANTONISTA DIURNO OU NOTURNO 12 HORAS, NATAL E ANO NOVO.	PLANTÃO	8	3.200,00	3.139,20	3.150,00	3.585,76	3.139,20	3.585,76	3.268,74	26.149,92
2	MÉDICO (A) PLANTONISTA DIURNO OU NOTURNO 12 HORAS CADA.	PLANTÃO	800	1.700,00	1.569,60	1.749,41	1.741,65	1.569,60	1.749,41	1.690,17	1.352.132,00
Responsável pela cotação				APROVAÇÃO: 							

9.1.2 Do Mapa acima, elaborado pelo servidor LIOMAR SIEGA, nomeado competente pela Portaria nº 2735/2025, extrai-se que:



ITEM	CÓD EQUIP.	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QT D	Valor Unit.	Valor total do item
1	67385	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R\$ 3.268,74	R\$ 26.149,92
2	67386	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R\$ 1.690,17	R\$ 1.352.132,00
VALOR MÁXIMO PARA A ACONTRATAÇÃO					R\$ 1.378.281,92	

9.1.3 Da análise acima, define-se como preço máximo para a pretensa contratação, o valor de **a R\$ 1.378.281,92 (Um milhão e trezentos e setenta e oito mil e duzentos e oitenta e um real e noventa e dois centavos)**

9.3 Da Justificativa de Preços

9.3.1 Com relação à pesquisa de preços, o Art. 46 do Decreto nº 3.927/2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal, estabelece regras específicas para as contratações, em todas as suas formas, in verbis:

“A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio



Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				
11 SECRETARIA DE SAÚDE				
001 Departamento de Administração em Saúde				
10.301.0011.2055 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde				
3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO				
04140	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)
04150	E	00331	1005/03/02/01/01	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - APSUS
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
04170	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)
04180	E	00303	0303/01/02/00/00	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
04180	EA	00303	0303/01/02/00/00	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
04190	E	00331	1005/03/02/01/01	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - APSUS
04190	EA	00331	1005/03/02/01/01	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - APSUS
002 Departamento de Atenção em Saúde				
10.301.0011.2058 Bloco de Atenção Básica em Saúde				
3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO				
04400	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)
04410	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 26/09/2025

Contas de despesa: 4140, 4150, 4400, 4410, 4170, 4190, 4180

DO FORMATO DOS DOCUMENTOS

A apresentação dos documentos listados nas Habilitações, serão aceitos em formato digital, ou em outro canal disponibilizado pela contratante, nos limites temporais admitido no edital.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este procedimento decorre em conformidade com a Lei nº. 14.133/2021, notadamente os artigos: Art. 78, inciso I, combinados com o Art. 79, inciso II, todos da mencionada Lei.

Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos



DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

São Jorge D'Oeste, 13 de outubro de 2025

Clodoaldo Blank
Agente de Contratação – Fase de Planejamento
Portaria nº 2865/2025

Rozi Terezinha Marmitt
Secretária Municipal de Saúde.
Decreto nº 4698/2025